

## 13º salário

# Reitoria pode e deve pagar já! Adunesp indica assembleias de base para impulsionar mobilização

Dezembro terminou sem que os servidores docentes e técnico-administrativos estatutários da Unesp – cerca de 12.700 trabalhadores – recebessem o seu 13º salário.

O último comunicado emitido pela Reitoria, em 21/12/2018, limitou-se a informar que não havia nenhuma “novidade” sobre o assunto, ou seja, o governador cessante Márcio França não havia atendido ao pedido de suplementação de verbas feito pela Universidade. Ainda segundo o comunicado, caso o crédito suplementar extralimite não se concretizasse, seria convocada uma reunião extraordinária do Conselho Universitário na segunda quinzena de janeiro de 2019, “com o propósito de discutir e de revisar o orçamento de 2019, à luz da necessidade do pagamento do 13º salário referente ao ano de 2018 para os servidores autárquicos”.

Em reunião com a Adunesp e o Sintunesp no dia 12/12/2018, véspera do ato convocado pelo Fórum das Seis durante realização do CO, conforme noticiado imediatamente nas redes da Adunesp, o reitor Sandro Valentini admitiu que a Universidade tinha reservas em valores “quase suficientes” para arcar com o pagamento do 13º salário dos estatutários, mas que o seu uso deixaria a caixa descoberto em 2019.

### Ações judiciais

No dia 30/11/2018, a Assessoria Jurídica da Adunesp ajuizou mandado de segurança coletivo (MSC), com o objetivo de garantir o recebimento do 13º salário pelos servidores estatutários da Unesp.

O MSC está tramitando na 12ª Vara da Fazenda Pública, sob o número 1059514-72.2018.8.26.0053. No dia 3/12, o juiz Adriano Marcos Laroca deu um primeiro despacho, alegando que, “a despeito da urgência”, entende ser razoável aguardar o envio de informações por parte da Unesp, para depois apreciar o pedido de liminar. Depois disso, não houve movimentação no processo.

O Sintunesp também ajuizou ação pelo 13º salário e o andamento é semelhante ao da Adunesp, ou seja, sem decisão até o momento.

Chegado o mês de janeiro, NADA impede que a Reitoria faça o imediato pagamento do 13º salário aos seus estatutários *ad referendum* de decisão do CO.

Relegar a definição do pagamento para uma reunião extraordinária do CO, sem data definida, obviamente significa um claro menosprezo para com a vida de dezenas de milhares de pessoas. A despeito das dificuldades financeiras, as contas diversas da instituição seguem em dia e nenhum fornecedor deixou de receber.

Postergar a quitação desse direito dos servidores – fevereiro, março...? – é reiterar uma clara opção política da atual administração: bancar a instituição com recursos obtidos por meio do arrocho salarial – os 3% da data-base de 2016 continuam em aberto –, do congelamento das carreiras e das contratações, no confisco de direitos.

O não recebimento do 13º salário na data prevista trouxe constrangimentos pessoais, dívidas não pagas, juros sobre juros, novos endividamentos... mas nada disso parece sensibilizar a direção da Universidade, afinal, alguns recebem bolsas e têm como se defender desta situação, ao contrário da imensa maioria dos servidores estatutários.

### Assembleias de base e Plenária Estadual

No dia 13/12/2018, o Fórum das Seis realizou um belo ato em frente à Reitoria da Unesp, por ocasião da reunião do Conselho Universitário. Caravanas de vários *campi* da Unesp compareceram, sendo apoiadas por representações da USP, Unicamp e Centro Paula Souza. Agora, temos que ampliar essa mobilização.

A Adunesp orienta suas subseções sindicais e representantes de base a realizarem assembleias de base até o dia 14/1 para debater a seguinte pauta:

- Mobilização pelo pagamento do 13º salário, com avaliação da possibilidade de greve da categoria;
- Indicação de delegados ao 38º Congresso do Andes – Sindicato Nacional (28/1 a 2/2/2019, em Belém/PA). Sobre esse ponto, leia mais no box específico.

Os indicativos das assembleias de base serão avaliados em Plenária Estadual da Adunesp, agendada para 15/1, em São Paulo, às 10 horas, com a mesma pauta das assembleias de base.



## A luta por mais recursos e a opção política da Reitoria

Muitos são os motivos pelos quais a Unesp chegou à crise atual. No entanto, nenhum deles é de responsabilidade dos seus trabalhadores. O que nos trouxe até aqui foi a presteza e a facilidade com que diversas gestões reitorais se submeteram aos interesses políticos do Executivo estadual. O governo, por sua vez, não tem demonstrado, pelo menos nos últimos 30 anos, nenhum apreço pela preservação das universidades públicas paulistas, especialmente pela Unesp.

O sucateamento dessas instituições é um processo que vem de longa data, e tem sido sistematicamente denunciado pelo Fórum das Seis, sem que o Cruesp tivesse, como é sua responsabilidade legal, tomado medidas concretas para evitar a tragédia anunciada. Para o Fórum das Seis, não se trata de uma crise financeira apenas, mas principalmente de uma crise de financiamento.

Por isso, os sindicatos representativos da Unesp – Adunesp e Sintunesp – têm organizado a luta por mais recursos para as universidades estaduais paulistas, no âmbito do Fórum das Seis, ao longo das últimas décadas. Não fosse isso, ainda teríamos uma dotação de 8,4% do ICMS – Quota-parte do Estado para as três universidades, conforme estabelecido pelo então governo Quéricia, quando do advento da autonomia universitária, em 1989. A luta da comunidade acadêmica conquistou a ampliação deste percentual em duas ocasiões: para 9% em 1992 e 9,57% em 1995, índice ainda insuficiente para fazer frente às necessidades de ensino, pesquisa e extensão nas estaduais paulistas, que nos anos 2000 foram submetidas a uma expressiva expansão, aumentando em cerca de 100% o número de estudantes de graduação. Mesmo sofrendo as consequências deste processo, sem a devida contrapartida de recursos perenes, estão entre as melhores universidades do país.

À expansão sem recursos, soma-se outro grave problema, que é a insuficiência financeira, diferença entre o que se arrecada com contribuições previdenciárias e o que se paga de aposentadorias e pensões. Em 2017, a insuficiência financeira média correspondeu, aproximadamente, a 20,3% (19,5% em 2016) dos repasses oriundos do ICMS-QPE, realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, alcançará algo em torno de 30% em 2026. Embora a Lei Complementar 1.010/2007 estabeleça que é responsabilidade do governo o pagamento da insuficiência, as universidades a têm bancado e em momento algum os reitores efetivamente questionaram o governo sobre isso.



A luta por mais recursos, aliás, não ocupa a agenda dos nossos reitores, que se limitam a iniciativas pontuais e restritas. Por outro lado, buscam “compensar” a falta de recursos com o arrocho salarial e o desmonte das universidades, por meio da não contratação de pessoal, planos de demissão voluntária (como na USP), entre outros. Nesta visão, Unesp, Unicamp e USP estariam vivendo uma “crise financeira”, o que

se resolveria com programas de gestão mais “austeros”, com o corte “privilégios” e o enxugamento do quadro de pessoal. É este princípio que está por trás das reformas pretendidas pela Reitoria da Unesp (financeira, acadêmica e administrativa), que procuram viabilizar uma folga orçamentária às custas de mais arrocho salarial, corte de benefícios, não contratações, fechamento de cursos e outros, ingredientes amplamente rejeitados por congregações, departamentos e conselhos de curso por toda a Unesp, mas que continuam na receita da Reitoria para combater a crise. Tudo isto sendo feito sem que a comunidade unespiana seja sequer consultada.

### 38º Congresso do Andes SN

Nos dias 28/1 a 2/2/2019, o Andes – Sindicato Nacional realizará seu 38º Congresso, em Belém (PA), com o tema “Por educação, ciência, tecnologia e serviços públicos: Em defesa do trabalho e da carreira docente, pela revogação da EC 95”.

A Adunesp, como seção sindical do Andes, tem direito a enviar quatro delegados ao Congresso, sendo um indicado por sua diretoria e três escolhidos em assembleia.

Nas assembleias de base propostas neste boletim – a serem realizadas até o dia 14/1 – as subseções da Adunesp podem fazer suas indicações, trazendo-as para a Plenária Estadual em 15/1. Os gastos (locomoção e estadia) serão custeados pela respectiva subseção da Adunesp, sendo inseridas no posterior rateio geral.

